

RICHARD J. EVANS



# TERCEIRO REICH

CRÍTICA  
NA HISTÓRIA  
E NA MEMÓRIA

*Tradução*  
Renato Marques

CRÍTICA

Trecho antecipado para divulgação. Venda proibida.

# Sumário

Prefácio	7
1. REPÚBLICA E REICH	13
Projeto de genocídio?	14
Imaginando o Império	26
A derrota de 1918	38
Walther Rathenau	48
Berlim na década de 1920	61
Forasteiros sociais	73
2. POR DENTRO DA ALEMANHA NAZISTA	101
Coerção e consentimento	102
A “Comunidade do Povo”	134
Hitler era doente?	159
Adolf e Eva	167
3. A ECONOMIA NAZISTA	181
Recuperação econômica	182
O “Carro do Povo”	194
As armas da Krupp	207
O simpatizante	222
4. POLÍTICA EXTERNA	253
O aliado de Hitler	254
Rumo à guerra	266
Nazistas e diplomatas	277

5. VITÓRIA E DERROTA	311
Decisões fatídicas	312
Engenheiros da vitória	324
O alimento da guerra	336
Derrota na vitória	348
Declínio e queda	359
6. A POLÍTICA DE GENOCÍDIO	369
Império, raça e guerra	370
A “Solução Final” foi singular?	380
Os campos da morte da Europa	405
7. CONSEQUÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS	415
O outro horror	416
Utopias urbanas	428
Arte em tempo de guerra	440
Agradecimentos	457
Notas	463
Índice remissivo	473

CRÍTICA

# Prefácio

Ao longo dos últimos quinze anos, mais ou menos desde o fim do século XX, a nossa compreensão da Alemanha nazista passou por várias transformações. Este livro oferece tanto um parecer acerca dessa transformação como um comentário crítico sobre ela. Houve diversas e consideráveis mudanças de perspectiva, que embasaram o trabalho de pesquisa deste texto e fundamentaram sua elaboração. A primeira dessas alterações de grande envergadura foi a “guinada global” nos estudos históricos que acompanhou os processos de globalização na sociedade, cultura e economia desde o período final do século XX. Invariavelmente analisado em meio ao conjunto de longo prazo de circunstâncias e inter-relações da moderna história alemã desde a unificação do país sob Bismarck no século XIX, o Terceiro Reich é agora, também e cada vez mais, entendido em um contexto internacional, até mesmo global, como parte da era do imperialismo, seu ímpeto por dominação alicerçado numa tradição mais ampla da busca germânica pela construção de um império. O negligenciado papel do abastecimento de víveres e da escassez de comida na Segunda Guerra Mundial só pode ser compreendido em nível global. As políticas e linhas de ação nazistas na Europa Oriental valeram-se tremendamente da imagem que Hitler tinha da colonização das Grandes Planícies, nos Estados Unidos. Empresas como a Krupp e a Volkswagen não eram empreendimentos apenas, ou em alguns momentos, predominantemente alemães, mas atuavam em escala global. Diversos dos ensaios deste volume examinam os dividendos que essa nova perspectiva ensejou e apontam, também, para algumas de suas limitações.

Isso está vinculado a uma mudança de percepção nos estudos históricos, que, de forma crescente, situou o Estado-nação em um contexto transacional mais amplo, examinando não apenas como ele se relacionava com outros Estados-nações, mas também de que maneira era afetado por desdobramentos de maior escopo e acontecimentos mais diversificados. O nazismo, por

exemplo, aparece em obras recentes como uma ideologia que bebeu nas fontes mais variadas, de países tão díspares quanto a Rússia e a França, a Itália e a Turquia, em vez de ser a culminação de tradições intelectuais exclusivamente alemãs como se costumava julgar. Cada vez mais, historiadores passaram a ver o extermínio de judeus empreendido pelos nazistas não como um evento histórico ímpar, único ou singular, mas como um genocídio com paralelos e similaridades em outros países e em outros momentos históricos. Aqui, mais uma vez uma mudança de perspectiva trouxe à baila dividendos, mas também vem se defrontando progressivamente com problemas que alguns dos ensaios deste livro procuram identificar.

Isso é ainda mais pertinente no que diz respeito a uma terceira área das pesquisas acadêmicas recentes, o trabalho realizado na sociedade nazista. Ao longo da última década e meia, para um número cada vez maior de historiadores a Alemanha nazista acabou assumindo o feitiço de um sistema político cujos alicerces eram não o terror policial e a coerção, mas sim a aprovação e o consentimento populares. Diversos ensaios deste livro atribuem importância a esse trabalho de pesquisa e argumentam que, a despeito de todos os avanços de compreensão que essa perspectiva propiciou, chegou a hora de lembrar que a Alemanha nazista, a bem da verdade, foi uma ditadura em que os direitos civis eram sufocados e não se toleravam os oponentes do regime. A repressão era levada a cabo não apenas contra forasteiros sociais, mas também contra largas fatias e amplos setores das classes operárias e seus representantes políticos. Os judeus mais destacados e proeminentes na República de Weimar, em especial Walther Rathenau, não eram figuras marginais e desprezadas, mas desfrutavam de enorme apoio e admiração do povo, expressos pelas efusivas e comovidas demonstrações de luto nacional por ocasião de sua morte. O nazismo, não se pode esquecer, era um movimento minúsculo e secundário até o finalzinho da década de 1920. Assim que ascendeu ao poder, em 1933, o regime teve de trabalhar com afinco para angariar apoio popular, e a violência desempenhou importante papel como propaganda. Hitler e a propagação de sua imagem aos alemães foram decisivos para conquistar o coração do povo, mas pesquisas recentes permitiram considerável avanço no que tange ao nosso conhecimento do homem por trás da imagem, e isso também é parte essencial da compreensão do Terceiro Reich.

Contudo, talvez a mudança mais extraordinária que veio à tona na historiografia sobre a Alemanha nazista desde o final do século XX tem sido o crescente entrelaçamento de história e memória. Agora é quase impossível escrever sobre o Terceiro Reich no período de sua existência, os anos de 1933 a 1945, sem pensar também em como a sua memória sobreviveu, amiúde de maneiras complexas e surpreendentes, nos anos do pós-guerra. Os ensaios deste livro examinam o modo como prósperos homens de negócios e destacadas empresas industriais que se envolveram nos crimes do nazismo tentaram, após a guerra, abafar a memória de sua participação – e por vezes tratava-se de um envolvimento até o pescoço. Quase sempre a transformação da memória assumiu estranhas formas, a exemplo da apropriação, por parte dos mexicanos, do Volkswagen Fusca, originalmente o carro nazista da “Força por meio da Alegria”, como um ícone nacional de fins do século XX. Vez por outra, porém, a crescente necessidade de confrontar os malfeitos do nazismo e desmascarar a cumplicidade e a culpa dos que deles participaram levou a condenações brutais e generalizantes, em pontos e aspectos que deveriam ser alvo do escrutínio de historiadores para que fizessem importantes distinções e separassem o joio do trigo. A descoberta de que um abastado empresário ocultava suas atividades no Terceiro Reich levou a exageradíssimas e portentosas ilações sobre seu comprometimento nos piores crimes de guerra perpetrados pelo regime; a revelação, após décadas de meticulosos disfarces e encobrimentos da verdade, do papel desempenhado por diplomatas profissionais no desenvolvimento da política externa nazista resultou em acusações infundadas de que eles de fato arquitetaram e conduziram o extermínio dos judeus, ao invés da ideia de que atuaram meramente como facilitadores do Holocausto (o que por si é gravíssimo, mas não é a mesma coisa, além de configurar uma tese que implicitamente isenta os verdadeiros culpados).

A Alemanha nazista chegou ao apogeu e a seu mais alto grau de realizações na Segunda Guerra Mundial, quando também sofreu sua derradeira derrocada, e aqui também ocorreu uma mudança de perspectiva desde o final do século XIX. O escopo e as conexões globais da guerra foram reconhecidos; não houve duas guerras separadas, no Ocidente e no Oriente, mas sim uma única guerra com múltiplas inter-relações entre os vários teatros de operações. A história militar, conforme demonstra este volume, pode ser iluminadora em si mesma,

mas também precisa ser situada em um contexto econômico e cultural mais amplo. Para onde quer que voltemos nosso olhar, seja a tomada de decisões no topo da hierarquia, sejam a inventividade, a iniciativa e a diligência de figuras subalternas do segundo escalão, fatores contextuais mais amplos continuaram sendo fundamentais.

Por fim, em anos recentes as pesquisas concentraram-se cada vez mais na Alemanha do pós-guerra, onde as continuidades subterrâneas com a era nazista tornaram-se mais e mais evidentes. A “limpeza étnica” de milhões de cidadãos indesejáveis não terminou com os nazistas, mas prosseguiu durante anos a fio após o desmoronamento do Terceiro Reich, ainda que dessa vez direcionada contra os alemães em vez de ser cometida por eles. Planejadores urbanos desenvolveram utopias que encontraram expressão na ideia nazista da cidade desurbanizada, mas também compartilharam muitos de seus pressupostos com visões da cidade em outras partes do mundo. E a crescente campanha pela devolução das obras de arte saqueadas pelos nazistas ou roubadas de seus donos originais – quase sempre judeus – gira em torno de um problema que não teve início com o Terceiro Reich e tampouco acabou quando da morte da Alemanha nazista. Mais uma vez, a perspectiva de longo prazo nos ajuda a compreender o problema à mão, que também é uma questão de dimensões globais. A extensão da pesquisa histórica sobre a era pós-guerra fortaleceu ainda mais as íntimas relações mútuas entre história e memória. Os ensaios aqui reunidos mostram, entre outras coisas, que a memória – para perdurar e resistir ao tempo – precisa ser submetida ao minucioso escrutínio da história, ao passo que as implicações da história para a memória cultural coletiva do nazismo no presente precisam ser descritas com todas as letras, pormenorizadamente, e com medidas iguais de exatidão e paixão.

Os capítulos seguintes, todos escritos nos últimos quinze anos, refletem essas alterações de grande envergadura na percepção acerca da Alemanha nazista, fato que me instigou a reuni-los em um único volume – a minha esperança é a de que, tomado como um todo, o livro seja maior do que a soma de suas partes. Muitos destes textos são resenhas ampliadas que lançam mão de um novo estudo de um ou outro aspecto do Terceiro Reich como ponto de partida para reflexões mais amplas, e por essa razão há inevitavelmente certa quantidade de sobreposições e repetições; tentei reduzi-las ao mínimo, mas

algumas vezes isso foi impossível. Somente nos casos em que alguma pesquisa original está envolvida, a exemplo dos capítulos “Forasteiros sociais” e “Coerção e consentimento”, ou em que o artigo foi originalmente publicado em um periódico acadêmico, como o capítulo “Nazistas e diplomatas”, forneci referências em notas de rodapé; em três dos capítulos acrescentei um breve adendo – às páginas 245, 307 e 400 – respondendo a questões apontadas por críticos quando da primeira publicação do capítulo, ou indicando ao leitor leituras adicionais e mais aprofundadas discutidas no texto. Pela permissão concedida para a reprodução dos textos, sou grato aos editores dos periódicos e revistas em que estes ensaios vieram a lume pela primeira vez; detalhes completos são fornecidos na seção de agradecimentos no final deste volume. E tenho uma dívida especial de gratidão para com Victoria Harris, por ter reunido os capítulos a partir de fontes bastante díspares, e a Christine L. Corton, por ter lido as provas com olhar profissional.

CRÍTICA *Richard J. Evans*  
*Cambridge*  
*Março de 2014*



# CRÍTICA

1

**República e Reich**

CRÍTICA

# Projeto de genocídio?

Espalhados pelo mundo, ainda existem alguns lembretes do fato de que, entre a década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha, tal qual outras grandes potências europeias, possuiu um império colonial ultramarino. Quem vai a Windhoek, na Namíbia, ainda hoje pode adquirir um exemplar do *Allgemeine Zeitung*, o jornal que entretém os residentes germanófonos remanescentes na cidade. Quem tiver vontade de fazer uma incursão ao litoral namíbio poderá visitar a cidade de Luderitz, à beira-mar, passando por estações ferroviárias em ruínas, com seus nomes ainda grafados em letras góticas, e lá desfrutará da praia de Agate, apreciando a espuma das ondas de arrebatção e de olho nos pinguins. Na Tanzânia, você pode hospedar-se às margens de um lago, na cidade de Wiedhafen. Se você é um empresário interessado em comprar grandes quantidades de óleo de palma (azeite de dendê) em Camarões, as fazendas de Woermann ainda são o fornecedor obrigatório. Em Gana, mais a leste, edificações de estilo alemão outrora pertencentes à colônia do Togo hoje são promovidas como atração turística.

De modo análogo, no Pacífico o navegante pode zigzaguear por entre o arquipélago de Bismarck e visitar a ilha Ritter (embora lá não reste muita coisa: em 1888 a destruição causada por uma erupção vulcânica reduziu quase tudo a escombros). Mais para leste, quem visitar uma livraria em Samoa poderá comprar as obras do mais eminente poeta local, Momoe von Reiche. Nos restaurantes de comida chinesa de praticamente qualquer parte do mundo é possível pedir uma cerveja de estilo alemão Tsingtao, produzida pela primeira vez na China em 1903 pela cervejaria alemã na cidade de mesmo nome, uma colônia-modelo de administração alemã (o nome da cidade passou por nova transliteração e hoje é Qingdao).\* Em Qingdao o visitante dá de cara com o

---

\* Com o oportuno nome de Germania, a fábrica começou a funcionar em 1903, produzindo segundo os preceitos alemães de pureza. Três anos mais tarde, a cerveja chinesa chegou a ser premiada numa feira de cervejarias em Munique. (N. T.)

imponente edifício em estilo romanesco reavivado da Catedral de São Miguel, que a julgar pelo aspecto parece pertencer a uma grande cidade de algum canto do norte da Alemanha de um século atrás. Em certo sentido, de fato pertence.

Considerando tudo, no fim das contas não é grande coisa em comparação com os vastos resquícios – físicos, culturais e políticos – deixados por impérios europeus transoceânicos mais longevos e de maiores proporções, que, somados, cobriam a maior parte da superfície terrestre do planeta em uma época ou outra. O Império Alemão durou meras três décadas e se esfacelou ao término da Primeira Guerra Mundial, suas partes constituintes tendo sido redistribuídas entre Inglaterra, França, Bélgica, Austrália e África do Sul. Pequeno em extensão se comparado ao Império Britânico, efêmero em duração, o antigo império germânico ainda despertava alguma atenção nos anos do entreguerras, quando propagandistas coloniais faziam campanha e pressão para reavê-lo, mas mesmo os nazistas encararam com pouca seriedade a questão, preferindo em vez disso partir para conquistas na Europa, pelo menos de início.

Por muitos anos, toda a literatura histórica acerca do tema – a obra do historiador da economia anglo-alemão William Henderson era a mais destacada e privilegiada nesse sentido – tendia a concentrar-se em refutar as alegações de violência e brutalidade que haviam levado ao desmantelamento e à redistribuição do império na Conferência de Paz de Paris em 1919. Por volta da década de 1960, esses argumentos já não tinham muita relevância. Entretanto, a situação foi transformada pela obra de Helmut Bley, que em *South-West Africa under German Rule 1894-1914* [O Sudoeste Africano sob o jugo alemão 1894-1914] (1968)\* reconstituiu a horrenda história da guerra dos alemães contra as tribos hereros e namas na Namíbia entre 1904 e 1907.

A história contada por Bley não é nem um pouco complicada. O ritmo crescente de confisco de terras empreendido pelo governo colonial no início do século XX levou a ataques a fazendeiros alemães, resultando na morte de cerca de 150 colonos e no envio de 14 mil soldados por Berlim, sob o comando do general Lothar von Trotha, oficial prussiano linha-dura com experiência colonial anterior. “Eu sei”, disse ele, “que as tribos africanas só se rendem

---

\* Sudoeste Africano ou África do Sudoeste Alemã (em africâner: *Suidwes-Afrika*; em alemão: *Südwestafrika*) é o nome pelo qual era conhecida a atual Namíbia quando foi governada pelo Império Alemão e posteriormente pela África do Sul. (N. T.)

por meio da violência. Colocar em prática essa violência com o mais brutal terrorismo e até mesmo tenebrosa crueldade foi e é a minha diretriz”. Depois de derrotar um grupamento herero em Waterberg, ele anunciou que qualquer herero “encontrado no interior da fronteira alemã, com ou sem arma ou gado”, seria executado. Pastores hereros capturados em combate eram assassinados na mesma hora; mulheres e crianças eram levadas deserto adentro e lá abandonadas à própria sorte para morrer de fome. O chefe do Estado-Maior em Berlim, Alfred von Schlieffen, escravo, como todos os oficiais prussianos, da doutrina supostamente clausewitziana de que o propósito de uma guerra deve ser a aniquilação total do inimigo, enalteceu a campanha de Trotha qualificando-a como “brilhante”, em especial seu uso do deserto para levar a cabo o que a publicação oficial do Estado-Maior, *Der Kamp*, chamou, em tom de aprovação, de “o extermínio da nação herero”.

Mas ergueram-se também vozes dissonantes e críticas; o chanceler Bernhard von Bülow desaprovou a ação, que descreveu como “anticristã”, e alertou que aquilo causaria estragos para a reputação alemã no exterior. Em alto e bom som, políticos do Partido Social-Democrata da Alemanha (em alemão: *Sozialdemokratische Partei Deutschlands*, SPD) e do Partido Alemão do Centro Católico (*Deutsche Zentrumspartei*) foram veementes e sem rodeios na condenação. O governador civil da colônia, Theodor Leutwein, escanteado pelos militares por conta de sua política transigente de concessões aos hereros, levou seu protesto a Bülow e declarou que o extermínio era um “grave erro”. As aflições de Leutwein foram menosprezadas, mas sua ideia de que em vez de extirpados os hereros deveriam ser recrutados como trabalhadores braçais conquistou número suficiente de adeptos para justificar e ensejar a prisão do restante da tribo, na maioria mulheres e crianças, juntamente com os membros dos namas, e seu subsequente encarceramento em “campos de concentração” (a primeira vez em que os alemães utilizaram oficialmente o termo).

Contudo, o destino dos africanos não melhorou muito. No pior desses campos de concentração, no terreno pedregoso da ilha Shark, ao largo da costa da Namíbia, os prisioneiros eram submetidos a trabalhos forçados, alimentados com rações diárias exíguas e expostos às intempéries e ventos inclementes sem a proteção de roupas adequadas; ademais, eram açoitados com correias de couro se não labutassem com o devido afinco. Todos os dias, cadáveres eram

transportados até a praia e deixados ao sabor das marés, que os carregavam para as águas infestadas de tubarões. Até a imprensa sul-africana queixou-se da “horrível crueldade” do regime dos campos de concentração, que se tornaram também sítios de investigação científica, tão logo o antropólogo Eugen Fischer, mais tarde eminente higienista racial durante o Terceiro Reich, desembarcou na cidadezinha de Rehoboth com o intuito de estudar seus habitantes miscigenados (que ele chamou de “os bastardos degenerados de Rehoboth”). Fischer e seus colegas obtiveram crânios para estudos craniométricos de diferentes raças; no fim das contas, mais de trezentas dessas caixas ósseas acabaram sendo levadas para a Alemanha.

Fischer concluiu que os frutos da prole miscigenada (de bôeres ou colonos alemães com africanos negros) eram inferiores aos primeiros mas superiores aos últimos, e concluíram que eram adequados como uma espécie de classe de oficiais subalternos na polícia, funcionários do serviço postal e outros braços do Estado. Na condição de raça inferior útil, eles deveriam ser protegidos, ao contrário dos hereros e dos namas. A legislação, porém, seguiu a convicção de Trotha de que os africanos eram subumanos e seu medo quase patológico de que a mistura racial levasse à disseminação de doenças. Em 1905, os casamentos inter-raciais foram banidos por lei; dois anos mais tarde, todos os casamentos vigentes entre alemães e africanos foram anulados. Essas medidas introduziram na terminologia alemã oficial o termo “*Rassenschande*” – “degradação racial” ou “aviltamento racial”, conceito que reapareceria trinta anos depois, nas Leis de Nuremberg. Aos colonos alemães era atribuído um *status* oficial que os diferenciava do restante da população e permitia que os homens hereros fossem recrutados para trabalhos forçados e obrigados a usar símbolos de identificação (outra medida mais tarde aplicada pelos nazistas).

A população herero, que antes da guerra era estimada em 80 mil pessoas, foi reduzida a 15 mil ao término do conflito, ao passo que 10 mil namas, de um total de 20 mil, foram exterminados. Dos cerca de 17 mil africanos aprisionados em campos de concentração, somente metade sobreviveu. Dadas as convicções raciais de Trotha, não resta dúvida de que se tratou do que mais tarde viria a ser chamado de genocídio. A revelação feita por Bley suscitou de forma urgente a questão da continuidade entre a Alemanha do *Kaiser* e a de Hitler. Outros regimes coloniais foram brutais, mais notadamente o jugo belga no Congo, e

não hesitaram em lançar mão do assassinato em massa para sufocar rebeliões ou estabelecer seu controle, dos franceses na Argélia na década de 1870 aos italianos na Etiópia na década de 1930. A discriminação racial, a expropriação e a submissão a trabalhos forçados estavam longe de ser exclusividade alemã.

Mas somente os alemães introduziram os campos de concentração, deram-lhes esse nome específico e, de maneira deliberada, criaram condições tão severas e cruéis que seu propósito era claramente duplo: tanto exterminar seus inimigos quanto forçá-los ao trabalho escravo (caberia aos nazistas cunhar o apavorante termo “extermínio mediante o trabalho forçado”, mas o efeito era o mesmo). Somente os alemães empreenderam a tentativa explícita de exterminar um povo colonizado em sua totalidade com base em alegações de ordem racial. Somente os alemães proibiram os casamentos inter-raciais em suas colônias, o que fizeram não apenas no Sudoeste Africano mas também na África Oriental Alemã (1906)\* e em Samoa (1912). Somente os alemães posteriormente orquestraram uma campanha de extermínio racial em escala global que abrangeu não só os judeus da Europa mas também, potencialmente, os judeus do resto do mundo. Havia uma conexão entre os dois genocídios?

Durante décadas a fio após a publicação do livro de Bley, essa pergunta permaneceu, talvez de forma surpreendente, ignorada e sem resposta. Os historiadores críticos das décadas de 1970 e 1980 que voltaram suas atenções às continuidades entre a Alemanha imperial e o Terceiro Reich concentraram-se nas raízes domésticas do nazismo, no governo de Hitler na Alemanha e no Holocausto. O anti-imperialismo da esquerda, fomentado pela Guerra do Vietnã, e talvez parte do lastro que fundamenta a obra de Bley, arrefeceu quando as tropas americanas foram embora e as colônias europeias remanescentes obtiveram a independência. Na Alemanha Ocidental, o legado do colonialismo na vida cotidiana começou a desaparecer com a crescente modernidade econômica. Mesmo os empórios, mercadinhos e mercearias que vendiam *Kolonialwaren* – café, chá, especiarias, arroz e gêneros alimentícios secos importados – e que ainda era possível encontrar nas cidadezinhas alemãs no início da década de 1970 agora haviam sido em grande medida renomeados ou disfarçados; poucas

---

\* Em alemão, *Deutsch-Ostafrika*, a colônia alemã no leste do continente africano que incluía os territórios posteriormente conhecidos como Tanganica (a porção continental do que é hoje a Tanzânia), Burundi e Ruanda. (N. T.)

pessoas que ainda hoje compram seu café numa loja da rede de supermercados Edeka, por exemplo, atinam para o fato de que o nome é a abreviação de *Einkaufsgenossenschaft der Kolonialwarenhändler* (cooperativa de consumo de comerciantes de mercadorias coloniais). As antigas colônias alemãs pareciam uma irrelevância, e foram praticamente esquecidas.

Na década de 1990 o interesse começou a reflorescer com a emergência dos estudos pós-colonialistas. À medida que agora os historiadores colocavam o racismo e a ideologia racial em vez do totalitarismo e da exploração de classes no centro de suas explicações do nacional-socialismo, a história da experiência colonial alemã já não parecia mais tão irrelevante. A renovação do interesse foi sinalizada pela publicação, em 1996, de uma edição revista em língua inglesa da já clássica obra de Bley, sob o título *Namibia under German Rule* [A Namíbia sob o jugo alemão]. Começaram a pipocar monografias e artigos sobre o discurso colonialista na Alemanha, a respeito das origens coloniais da ciência racial e acerca de representações de tópicos coloniais na literatura. O crescente interesse pela memória cultural levou a estudos de memórias e celebrações pós-coloniais na Alemanha. O sucinto livro de Sebastian Conrad sintetiza essa nova literatura e a coloca no contexto da globalização, o que resultou no reavivamento do interesse no império. Com seus muitos e excelentes mapas e ilustrações, sua bibliografia crítica anotada e sua perspicaz compreensão de tendências historiográficas, trata-se de uma obra modelar em seu gênero, propiciando um guia essencial sobre o tema e inteligentes indicações para posterior pesquisa mais aprofundada.

As origens do colonialismo alemão, conforme aponta Conrad, localizam-se em parte na história da Alemanha, em que sonhos e fantasias coloniais serviram como uma tela em branco sobre a qual os nacionalistas podiam projetar uma imagem de unidade alemã antes que ela fosse por fim alcançada. Como Wagner declarou em 1848, “navegaremos mar afora e aqui e acolá fundaremos uma nova Alemanha [...] Faremos melhor que os espanhóis, para quem o Novo Mundo tornou-se um abatedouro abarrotado de clérigos, e diferentemente dos ingleses, para quem tornou-se um valioso baú do tesouro. Faremos à maravilhosa maneira alemã”. Bem mais importante foi o contexto global do capitalismo alemão, centrado em Estados mercantis como Hamburgo (terra natal de Bley). Dizia-se que os mais destacados comerciantes hamburgueses na década de 1870



tinham visitado “todas as cidadezinhas às margens do Mississippi” e haviam pernoitado “vinte vezes em Londres”, mas jamais puseram os pés em Berlim. Tirando proveito do rápido crescimento da indústria e do poderio econômico alemães, os comerciantes hamburgueses vinham fazendo negócios nas áreas costeiras da África e em outras partes não colonizadas do planeta, e mantiveram 279 consulados em cidades ao redor do mundo. Cientistas, exploradores e missionários alemães, como Gerhard Rohlfs, o primeiro aventureiro europeu a cruzar a África de norte a sul (invariavelmente usando trajes muçulmanos), conquistaram um considerável séquito de fãs na Alemanha por conta de suas façanhas.

Bismarck não se mostrava muito entusiasmado (“Enquanto eu continuar no cargo de chanceler”, disse ele em 1881, “nós não nos envolveremos no colonialismo”), mas em 1884 desencadeou a “disputa pela África” ao declarar como protetorados diversas áreas nas quais havia interesses econômicos alemães em jogo e ao apoiar ações similares por parte da França, na tentativa de desviar as energias dos franceses e demovê-los da ideia de vingança por conta da perda da Alsácia-Lorena na Guerra Franco-Prussiana. Talvez Bismarck quisesse também apaziguar os interesses mercantis representados pelo poderoso Partido Nacional-Liberal, de cujo apoio necessitava nas vindouras eleições nacionais. De qualquer modo, a disputa por territórios tornara-se praticamente inevitável depois que a rivalidade anglo-francesa no Norte da África chegou ao ponto crítico em 1881-82. Qualquer que fosse o motivo, à medida que a competição estendeu-se da África para o restante do planeta, a Alemanha amealhou um império de papel que por fim tornou-se o quarto mais vasto do mundo, atrás dos impérios britânico, francês e holandês.

O eclético grupo de territórios reivindicados pela Alemanha incluía a árida região escassamente povoada da atual Namíbia, onde rancheiros e criadores de gado alemães rapidamente se estabeleceram, e onde a partir de 1907 a mineração de cobre e diamantes rendeu algum lucro para a iniciativa privada; as áreas costeiras de Camarões, infestadas de malária, onde os interesses mercantis da família hamburguesa Woermann eram dominantes (borracha e óleo de palma eram produzidos por fazendas administradas por alemães no interior do país); o Togo, onde o comércio, também de óleo de palma, era em larga medida controlado por elites afro-brasileiras locais no litoral; a populo-

sa colônia da África Oriental Alemã (a atual Tanzânia menos Zanzibar, mas incluindo Ruanda e Burundi), onde colonos alemães instalaram fazendas de cultivo de algodão e sisal; Samoa e Nova Guiné e ilhas do Pacífico adjacentes, onde os colonos alemães eram poucos e prevaleciam os interesses mercantis; e o município portuário chinês de Jiaozhou, arrendado por 99 anos em 1897 e administrado pelo ministério naval alemão, que adotou uma enérgica política de modernização e melhorias, suprindo a cidade de Qingdao com postes de iluminação elétrica e abrindo uma universidade em que estudantes chineses poderiam embeber-se da ciência e do conhecimento acadêmico alemães.

A visão de Bismarck de protetorados geridos pela iniciativa privada sem o envolvimento do Estado, nos mesmos moldes da antiga administração exercida pela Companhia das Índias Orientais no subcontinente, não durou muito tempo. Encarniçados embates com as sociedades africanas que resistiam à crescente exploração por parte de mercadores e colonos alemães logo incitaram o jugo formal de burocratas alemães, com o apoio de força militar. Isso apenas piorou as coisas, à medida que o Estado começou a lançar mão de violência para proteger fazendeiros e colonos que tinham entrado em confronto com agricultores e comerciantes nativos, o que ocasionou a resistência em escala mais ampla. A guerra genocida na África do Sudoeste Alemã foi o exemplo mais dramático, mas a violência era uma característica constante da colonização alemã. Na África Oriental, por exemplo, contínuas escaramuças militares, muitas delas instigadas pelo inescrupuloso aventureiro colonial Carl Peters, levaram o governo imperial de Berlim a assumir a administração da colônia em 1891; todavia os conflitos armados continuaram, com 61 “expedições penais” lançadas nos seis anos seguintes. Em 1905, conflitos motivados por confiscos de terras, o aumento do valor de impostos e a sujeição a trabalhos forçados serviram de estopim da Rebelião Maji-Maji, em que cerca de 80 mil africanos morreram às mãos das tropas coloniais alemãs. Em contraste com a situação na África do Sudoeste Alemã, essa luta armada não foi vista pelos alemães como uma guerra racial, e, de fato, muitas baixas foram infligidas por soldados africanos trajados com uniformes alemães, mas o número total de mortes foi imenso, com mais de 200 mil africanos perecendo em decorrência da fome causada pela destruição de campos agrícolas e vilarejos rebeldes.

A violência, que incluía a prática de açoitamentos e espancamentos públicos de africanos, era parte da vida cotidiana nas colônias alemãs: de acordo com os registros oficiais, o número de surras aplicadas em Camarões subiu de 315 em 1900 para 4.800 em 1913, certamente uma subestimativa. Os líderes camaroneses levaram o caso para o Reichstag, mas a subsequente demissão do governador teve a ver menos com a brutalidade e mais com as objeções de comerciantes e missionários à sua política de concessão de vastas porções de terras aos fazendeiros. A situação chegou ao ponto da crise no final do domínio alemão, quando um dirigente africano, que outrora exercia papel de suma importância e autoridade, foi publicamente executado por opor-se a medidas de segregação racial em Douala, a maior e mais importante cidade camaronesa. A contínua fragilidade do controle alemão era evidente. Em virtude do seu pequeno número em comparação aos africanos – havia menos de 2 mil colonos e funcionários coloniais em Camarões –, os alemães poderiam ter somente a esperança de estabelecer “ilhas de poder” em suas colônias. Em parte alguma os africanos aceitaram plenamente a soberania alemã. Sua efetiva exclusão das esferas política e pública das colônias condenou o jugo alemão a parecer alheio e forasteiro.

A bem da verdade, isso frequentemente instigava os africanos a juntarem forças para resistir; depois da Rebelião Maji-Maji, o governador da África Oriental admitiu que o que havia começado como insurreição limitada ao âmbito local e empreendida por tribos semisselvagens por fim “tornou-se uma espécie de luta nacional contra a dominação estrangeira”. Às vezes as linhas de ação alemãs eram capazes de criar novas identidades, como em Ruanda, onde as autoridades coloniais, munidas de manuais etnográficos, converteram vagas diferenciações sociais entre os hutus e os tútsis em identidades raciais fixas que a partir de então tornaram-se a base para distinções legais. O resultado foi o que alguns historiadores descreveram como uma “etnogênese”, que preparou o terreno para os massacres genocidas em 1994.

Nas colônias também era possível realizar experimentos científicos que teriam sido impensáveis na Alemanha. Na África Oriental, o patologista e bacteriologista Robert Koch, ganhador do Prêmio Nobel, não teve dificuldade nenhuma para injetar em mil africanos que padeciam da doença do sono doses diárias perigosamente altas de arsênico em busca de uma cura, com

elevados índices de mortalidade entre as cobaias, o que era previsível. De fato, ideias de diferenciação racial e de “inferioridade” hereditária ganharam tremendo impulso por conta das investigações eugênicas levadas a cabo por cientistas como Fischer e ajudaram a gerar e popularizar as ideias raciais mais tarde colocadas em prática pelos nazistas. Exibições como a Exposição Colonial de Berlim de 1896, juntamente com a apresentação de um vilarejo africano no Tierpark Hagenbeck, zoológico particular de Hamburgo, desempenharam seu papel na construção de um senso popular de superioridade racial.

Alguns viam as colônias como laboratórios da modernidade, em que novas cidades grandes e pequenas podiam ser construídas sem a necessidade de levar em conta os direitos dos antigos proprietários de terras, onde a ciência racial poderia ser empregada em nome da criação de uma nova ordem social para substituir as antiquadas e obsoletas hierarquias europeias de *status*, e onde novas comunidades-modelo poderiam ser fundadas com base nos tradicionais princípios patriarcais que no momento vinham sendo solapados por um movimento feminista cada vez mais agressivo e ruidoso na metrópole. O vocabulário e os propósitos do trabalho missionário colonial foram reimportados para a Alemanha à medida que a “Missão Interna” protestante se dispôs a resgatar da pobreza e da ignorância os destituídos e “avessos ao trabalho” que tinham vindo do “continente negro” e viviam nos cortiços das grandes cidades. Em 1913, uma nova lei definindo a cidadania alemã com base em ascendência étnica e não no critério de residência (como era praxe no restante da Europa) estava diretamente calcada nas doutrinas raciais engendradas nas colônias. Os nacionalistas alemães começaram a pensar nos poloneses e nos “eslavos” como povos de raça inferior e a abandonar o discurso da “missão civilizadora” da Alemanha no Leste Europeu, à medida que a crença em que os poloneses poderiam ser convertidos em alemães úteis começou a dar lugar à convicção de que, por conta de seu caráter racial, assim como no caso dos africanos, eles eram irrecuperáveis, impossíveis de redimir.

Tudo isso significa que havia uma linha estabelecendo uma conexão direta entre o império colonial e o Holocausto? Apesar de todas as semelhanças óbvias entre o genocídio dos hereros e dos namas e o extermínio dos judeus na Europa menos de quarenta anos depois, havia também diferenças significativas: embora sem dúvida tenham existido campos de concentração na África do

Sudoeste Alemã, não eram como Treblinka, cujo único propósito foi assassinar membros de uma minoria racial. Aos olhos dos nazistas, os judeus pareciam uma ameaça global; os africanos, como os eslavos, eram um obstáculo local a ser subjugado ou removido de modo a abrir caminho para colonos alemães. A experiência colonial, particularmente no campo da raça, incutiu a ideologia do nacional-socialismo, mas as continuidades pessoais eram poucas, apesar dos exemplos do pai de Hermann Göring, primeiro governador da África do Sudoeste Alemã; ou Franz Ritter von Epp, que serviu com Trotha na guerra contra os hereros e mais tarde foi nomeado governador nazista da Baviera; ou Viktor Boettcher, vice-governador de Camarões e mais tarde alto dirigente estatal oficialmente encarregado de uma parte da Polônia ocupada pelos nazistas.

A guerra genocida de Trotha foi uma exceção na história colonial alemã, e se deveu mais às doutrinas militares e raciais de seu autor do que a características mais amplas do colonialismo alemão. Não houve, na Europa Oriental entre 1939 e 1945, equivalente algum da autoproclamada missão modernizadora e civilizadora tida como sagrada nas diretrizes e linhas de ação educacionais, econômicas e religiosas adotadas na fase final do jugo colonial alemão. Foi necessária a brutalizante influência da Primeira Guerra Mundial – ela própria uma parte do impacto do colonialismo na Europa – para fazer da violência política um traço endêmico da vida alemã nas décadas de 1920 e 1930 e para transformar homens como Boettcher em nazistas. O colonialismo alemão parece de fato ter sido mais sistematicamente racista em conceito e mais brutalmente violento em operação do que a dominação colonial de outras nações europeias, mas isso não quer dizer que tenha inspirado o Holocausto.

Entretanto, a guerra contra os hereros, muito mais do que qualquer outro aspecto do colonialismo, entrou na memória pública da Alemanha atual como um expressivo paralelo – e precursor – do Holocausto. E suscitou inflamados debates acerca de qual seria a melhor forma de lembrá-la. Em nenhum outro lugar essas discussões foram mais acaloradas do que na cidade mercantil de Bremen, onde, num pequeno parque atrás da principal estação ferroviária, há um elefante de tijolos de 10 metros de altura; os turistas e os passageiros que viajam entre a casa e o trabalho passam por ele todos os dias. Erguido já nos anos finais da República de Weimar, o monumento estilizado foi concebido como memorial e lembrete da história do colonialismo alemão. Tijolos de ter-

racota foram incrustados no plinto, cada bloco com o nome de uma das antigas colônias. Discursos proferidos diante de numerosas plateias reunidas no parque para a inauguração da estátua em 6 de julho de 1932 celebraram as conquistas do colonialismo e exigiram o restabelecimento das colônias perdidas.

Contrariando as maiores probabilidades, o elefante sobreviveu ileso à Segunda Guerra Mundial, embora as várias inscrições em torno do plinto tenham sido rapidamente removidas depois de 1945. Em 1982, por ocasião do 50º aniversário de sua construção, o elefante tornou-se um constrangimento, especialmente à luz do regime de *apartheid* imposto na Namíbia pela então ainda vigente dominação sul-africana. Em 1988, a ala jovem local do sindicato dos metalúrgicos IGM (*Industriegewerkschaft Metall*) afixou um cartaz ao lado do plinto. “Pelos Direitos Humanos, contra o *apartheid*”. Dois anos depois, o elefante foi oficialmente declarado “monumento anticolonial” (*Antikolonialdenkmal*), contrariando seu propósito original, por mais óbvio que fosse. Quando a Namíbia obteve a independência, o prefeito de Bremen realizou uma cerimônia oficial em torno do elefante, e em 1996 o presidente namíbio Sam Nujoma, em visita de Estado à Alemanha, inaugurou uma nova placa ornamental com a inscrição “Em memória das vítimas do jugo colonial alemão na Namíbia 1884-1914”. Hoje, o elefante é mantido por uma entidade oficialmente reconhecida e dedicada à tolerância, à criatividade e ao multiculturalismo. Uma placa de bronze faz as vezes de lembrete para trazer à memória dos visitantes o passado do monumento; nos arredores, um pequeno memorial em homenagem aos hereros foi construído como uma espécie de “antimonumento”.